

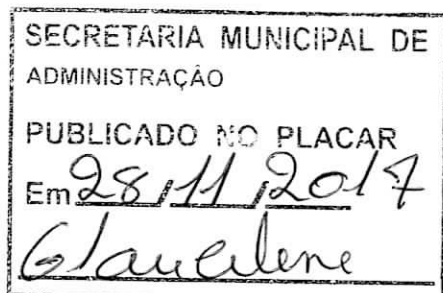


ESTADO DO TOCANTINS  
MUNICÍPIO GURUPI

CÂMARA MUNICIPAL DE GURUPI-TO  
PUBLICADO NO PLACAR  
DIA 29/11/2017  
Carimbo/Assinatura  
Juvêncio Lúcio Neres  
Coordenador de Protocolo



## LEI Nº 2.363 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017.



Glaucilene dos Santos Alves  
Assessora Técnica Operacional  
Decreto nº 136/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE GURUPI-TO



PROTOCOLO GERAL 1571  
Data: 29/11/2017 Horário: 11:25  
Administrativo - LO 2363/2017

*Ricardo*

Dispõe sobre alteração da Lei Municipal nº 2.266, de 22 de dezembro de 2015 e da lei municipal 2.267 de 22 de dezembro de 2015 para acrescentar a indenização de transporte, e dá outras providências.

Tocantins;

### O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GURUPI, Estado do

Faço saber que a Câmara Municipal de Gurupi, Estado do Tocantins, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica acrescentado no art. 13 da lei municipal 2.266 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015, o inciso XI, com a seguinte redação:

Art. 13 (.....)  
I (.....)  
II (.....)  
III (.....)  
IV (.....)  
V (.....)  
VI (.....)  
VII (.....)  
VIII (.....)  
IX (.....)  
X (.....)  
XI - indenização de transporte

**Art. 2º.** Fica acrescentado no Capítulo IV da lei municipal 2.266 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015, a Seção X, art. 34-A, § 1º e incisos I a V, com a seguinte redação:

### Seção X

#### Da Indenização de Transporte

Art. 34-A. Fará jus a indenização de transporte os servidores públicos municipais que estiverem no exercício de cargo ou função pública, de Auditor Fiscal da Receita Municipal, Fiscal de Posturas e Edificações, Fiscal de Zoonoses, Fiscal de Meio Ambiente, e Fiscal de Vigilância Sanitária, com atribuições do seu cargo público efetivo, que

*Gaurellany*



ESTADO DO TOCANTINS  
MUNICÍPIO GURUPI



*obriga o servidor deslocar-se com veículo próprio para execução de atividade de interesse público municipal.*

§ 1º. *A indenização de transporte se dará por opção, e condicionada ao interesse da administração, formalizada por meio de documento próprio entre o servidor e a Administração Pública, atestados pela chefia imediata e homologada pela Secretaria Municipal correspondente.*

§ 2º - fica vedada a acumulação da indenização de transporte com qualquer outra vantagem sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 3º - fica vedado o cômputo da indenização de transporte nos casos de ausências e afastamentos, ainda que considerados em lei como de efetivo exercício do cargo ou função, salvo o exercício de mandato classista.

§ 4º - fica vedada a indenização aos cargos de chefia, assessoramento direto e a secretários municipais.

**Art. 3º.** Fica acrescentado na lei municipal 2.267 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2.015, o art. 21-A, § 1º e incisos I a V, com a seguinte redação:

**Art. 21-A** – Fará *jus* a indenização de transporte os servidores públicos municipais que estiverem no exercício do cargo ou função pública, de Auditor Fiscal da Receita Municipal, Fiscal de Posturas e Edificações, Fiscal de Zoonoses, Fiscal de Meio Ambiente, e Fiscal de Vigilância Sanitária, com atribuições do seu cargo público efetivo, que obriga o servidor deslocar-se com veículo próprio para execução de atividade de interesse público municipal.

§ 1º - a indenização de transporte se dará por opção, e condicionada ao interesse da administração, formalizada por meio de documento próprio entre o Servidor e a Administração Pública, atestados pela chefia imediata e homologada pela Secretaria Municipal correspondente.

§ 2º - fica vedada a acumulação da indenização de transporte com qualquer outra vantagem sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 3º - fica vedado o cômputo da indenização de transporte nos casos de ausências e afastamentos, ainda que considerados em lei como de efetivo exercício do cargo ou função, salvo o exercício de mandato classista.

§ 4º - fica vedada a indenização aos cargos de chefia, assessoramento direto e a secretários municipais.

**Art. 4º** - A indenização de transporte será regulamentada por meio de Decreto Municipal do Chefe do Executivo.

**Art. 5º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2016.



ESTADO DO TOCANTINS  
MUNICIPIO GURUPI



A Capital da Amizade e da Prosperidade

**Art. 6º.** Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gurupi, Estado do  
Tocantins, aos vinte e oito dias do mês de novembro de 2017.

  
**LAUREZ DA ROCHA MOREIRA**  
Prefeito Municipal